



Mulheres no centro

Vidas, lutas e resistência das ambulantes e
catadoras de material reciclável do Recife

Rivane Arantes

Mulheres no centro

**Vidas, lutas e resistência das ambulantes e
catadoras de material reciclável do Recife**

Rivane Arantes

*(...) as mulheres não são passivas nem submissas.
A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam,
não bastam para contar a sua história.
Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes.
Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos.
Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas
concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina - que derrotam a
racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do
espaço.
Elas traçam um caminho que é preciso recontar.
Uma história outra. Uma outra história.*

*(Michele Perrot.
Os excluídos da História:
operários, mulheres, prisioneiros. 1988)*

Redação e coordenação editorial: Rivane Arantes
Colaboração: Silvia Camurça
Revisão: Fabiano Gonçalves
Design gráfico: Taís Nascimento
Fotografias: Synara Klyni Dantas
Tiragem: 3.200

Apoio:



SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia

Rua Real da Torre, 593, Madalena – CEP 50610-000
Recife/PE
Tel: +55 81 3087 2086 Fax: + 55 81 3445 1905
e-mail: sos@soscorpo.org.br | www.soscorpo.org.br

Sugerimos e motivamos a reprodução total ou parcial das ideias aqui expostas, por todos os meios conhecidos ou desconhecidos. Para cópia e difusão dos materiais publicados, favor citar as fontes.

A662m Arantes, Rivane Fabiana de Melo.

Mulheres no centro: vidas, lutas e resistência das ambulantes e catadoras de material reciclável do Recife. / Rivane Fabiana de Melo Arantes; redação e coordenação editorial; Silvia Camurça; colaboração; Taís Nascimento; design gráfico; Synara Klyni; fotografia. – Recife: SOS Corpo, 2012.

64 p.: il.

1. Mulheres - Trabalhadoras. 2. Trabalho informal. 3. Mulheres - Direitos. I. Camurça, Silvia. II. Nascimento, Taís. III. Klyni, Synara. IV. Título.
CDU – 396
Bibliotecária responsável: Denise F. Mendes, CRB4-1368
Associação Profissional de Bibliotecários de Pernambuco

Retratar é (re)conhecer e dar a conhecer. Permitir-se retratar é confiar e afirmar-se (re)existente. Os retratos que aqui compartilhamos se deram o desafio de captar a alma para resgatar pessoas – mulheres que fazem do seu trabalho o modo de ocupar a cidade e suas próprias vidas.

Retratando essas mulheres, nós, mulheres, trazemos à memória... Mais que isso, fazemos memória de instantes de vidas, instantes que, de tanto se repetirem, se transformaram em vida toda de mulheres, existências que foram/são, para a retina 10x15 da sociedade, tempos desimportantes, jeitos de ser e fazer absolutamente dispensáveis, vidas que se esvaem.

Mulheres no Centro é o desejo de ser esse fio de memória. Por meio dele queremos dar a conhecer o nosso olhar sobre as vidas, as lutas e a resistência de duas categorias de trabalhadoras que, desde há muito, emprestam seus corpos para construir ruas, becos, ruelas, tradições, imagens e riquezas da cidade do Recife, uma cidade fértil de perambulações, ruídos, pontes, cores, cheiros, lixo e mulheres, muitas mulheres, diferentes em sua igualdade e desiguais por suas diferenças.

Assim, quis o nosso olhar que retratássemos, como reparação, os fios que tecem a experiência das ambulantes e catadoras de material reciclável do Recife.

Por isso, nos ocupamos de uma amostra desse vasto universo, supondo que uma experiência comum dessas mulheres trabalhadoras informais vai dizer o lugar do trabalho nas suas vidas; as precárias condições sob as quais esse trabalho se exerce; o modo como elas tecem dia a dia o sentido do urbano; a violência com que a cidade as

trata e a cada vez mais difícil condição do viver.

Desejando que esta publicação também seja motivo para fortalecer o lugar de sujeito que se faz político dessas trabalhadoras, buscamos também as rotas de saída, as alianças possíveis, as políticas públicas existentes para essas trabalhadoras; a informação sobre os direitos da seguridade social e os programas governamentais de transferência de renda.

A ambiguidade de Mulheres no Centro é proposital. Trata de mulheres trabalhadoras cujas ocupações se realizam no centro do Recife: na Cooperativa de Agentes de Resíduos Sólidos (Coopagres), localizada no bairro de São José e no Calçadão de Mascates da Avenida Dantas Barreto, mais conhecido como Camelódromo. Ao mesmo tempo, afirma com todas as letras que as mulheres estão no centro; afinal, como a roda do mundo também gira a partir de nós, não há razão para continuarmos, nós, mulheres, sendo seres ‘das margens’ – o centro é o nosso lugar!

Dedicamos esta publicação às catadoras e ambulantes que enfrentam todos os dias, e com muita coragem, o (des)gosto das pessoas, do comércio e do poder público municipal sobre suas imagens e jeitos de se fazer presença nos centros das cidades... território onde nunca foram centro.

Para nós do SOS Corpo, vocês, ambulantes e catadoras, são mulheres no Centro, e estes retratos são nosso sinal de aliança. Seguiremos juntas, insistindo e resistindo!



A woman with short grey hair, wearing a green t-shirt and white pants, is pushing a black metal cart filled with recycling bags. She is wearing green gloves. The background is a blurred city street with a train or tram passing by, suggesting an urban environment. The text is overlaid on the top left of the image.

*Catadoras –
trabalhadoras que
entre becos e
ruelas tecem os
fios da cidade*

Eliane Carvalho
catadora da Coopagres, cuida da reciclagem nas
estações de supermercados

Na cidade de asfalto, desemprego e lixo, a reciclagem de resíduos sólidos tornou-se a principal ocupação de muitas mulheres empobrecidas, negras, de pouca escolaridade e moradoras de diferentes periferias. Esse TRABALHO deu-lhes a possibilidade de mais autonomia e um lugar no mundo. Agora, essas mulheres que vivem apenas de seu trabalho, pensam com suas próprias cabeças e andam com seus próprios pés...

As catadoras de resíduos sólidos no Recife estão imersas em uma desigual combinação de pobreza, baixa escolaridade, informalidade e falta de moradia segura. A constatação de serem elas majoritariamente negras, por si só, expõe o racismo como um elemento determinante no direcionamento de suas trajetórias nas cidades. Aqui, as relações patriarcais de gênero, as relações de classe e o racismo se articulam para impedir o acesso a direitos e oportunidades às catadoras, mesmo quando elas são úteis à sociedade e ao sistema.

Você já pensou que seu trabalho é muito importante para a cidade, mas ele continua precário, cansativo e desvalorizado?
Como enfrentar esse problema?



*O trabalho
fora de casa e os
afazeres domésticos*

Nilma Chaves
catadora em Olinda

As catadoras começam a trabalhar muito cedo, acordam quando ainda nem é dia, apanham água para beber, preparam comida, arrumam casa, cuidam das crianças, deixam-nas com familiares ou sob os cuidados dos/as outros/as irmãos/ãs e seguem para as ruas ou cooperativas. Enfrentam no mínimo uma hora e meia de ônibus e metrô cheios, são vítimas de assédio e preconceito nos veículos, sofrem com o engarrafamento e o calor, e caminham a pé por ruas inseguras até o trabalho... Só voltam quando tudo finda... já não é mais dia...

Essas mulheres não têm assegurado o direito à creche, que permite conciliar o trabalho com os afazeres domésticos. No geral, têm de contar com uma rede de solidariedade familiar para cuidar das crianças. As dificuldades que enfrentam em suas vidas refletem a falta de políticas públicas integradas que articulem direitos sociais – principalmente trabalho, cuidado, planejamento urbano e meio ambiente –, e direitos econômicos.

Você percebeu que não há creches, berçários, escolas em tempo integral, restaurantes, lavanderias públicas e outros equipamentos na cidade suficientes para as mulheres enfrentarem a dupla jornada de trabalho (trabalho fora de casa e afazeres domésticos)?

A woman with dark hair, wearing a bright yellow t-shirt, stands in front of a large pile of cardboard boxes and debris. She is holding a small, red and white container in her right hand and a piece of bread in her left hand. The background is filled with stacks of cardboard boxes, some of which have the word "INDUSTRIAL" visible. The overall scene suggests a context of informal waste recycling or scavenging.

*Produzindo riqueza,
mas condenadas a
viver à margem*

Silene Torres da Silva
catadora da Coopagres

As catadoras de resíduos sólidos mantêm uma relação de cuidado com a cidade. É principalmente a ação dessas trabalhadoras, maioria absoluta das pessoas que se ocupam desse ofício de forma organizada, que têm garantido o desafoamento dos aterros sanitários e a redução dos impactos ambientais no lixão e no custo da coleta do lixo.

No Recife, a coleta de lixo reciclado é feita basicamente pelos/as catadores/as organizados/as em associações e cooperativas e pelos/as que trabalham “por conta própria”, utilizando as carroças dos “deposeiros” – terrenos baldios proibidos pelo poder municipal. Estima-se que existam 3 mil catadores/as não associados/as só na cidade do Recife. Apenas pequena parcela deles/as está organizada em associações e cooperativas apoiadas pelo poder municipal. No entanto, mesmo não existindo dados seguros, avalia-se que existam pouco mais de 100 catadores/as articulados/as em seis organizações – Cooperativa de Agentes em Gestão de Resíduos Sólidos (Coopagres), Cooperativa Esperança Viva, Cooperativa de Reciclagem da Torre, Associação O Verde é Nossa Vida, Cooperativa Pró-Recife e Núcleo do Gusmão.

Já perceberam que, apesar de prestar um importante serviço de utilidade pública e preservação da natureza, vocês catadoras, não usufruem dos benefícios da riqueza que vocês produzem na cidade?

A woman with dark hair tied back, wearing a patterned tank top and a necklace, is shown in profile, looking towards the left. She is standing in a room filled with large, grey metal scrap pieces. A tattoo of a star with a symbol inside is visible on her right shoulder.

*As condições
de trabalho...
O jeito de ser
e acontecer*

Elis Regina
catadora da Coopagres

No dia a dia, as catadoras organizam uma rotina de solidariedade para vencer as dificuldades próprias das pessoas que vivem de seu trabalho: na cooperativa, alimentam-se; carregam e descarregam caminhão, coletam nas ruas, fazem a triagem, prensam, comercializam; dão suporte umas às outras quando estão doentes; dividem-se nas formações oferecidas pelo poder municipal e mantêm a organização da sede.

Vocês se deram conta de que a função de catar resíduos sólidos tem baixo reconhecimento público e não é valorizada economicamente, embora sirva ao sistema? No geral, as catadoras estão na informalidade: não têm carteira de trabalho assinada, recebem baixos salários, apesar de o trabalho ser realizado, muitas vezes, em condições de insalubridade e insegurança, e não têm como contribuir para a Previdência Social.

**Como garantir
melhores condições de
trabalho para um sujeito
que realiza uma atividade tão
importante social, ambiental e
economicamente?**



*As mulheres e a
divisão sexual
do trabalho*

Laudicéa Santos
presidenta da Coopagres

Estudos preliminares do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, a partir da experiência da Coopagres, indicam que a maioria dos/as catadores/as organizados/as no Recife são mulheres. Todas com muita experiência de trabalho: já foram cozinheiras, camareiras, domésticas, costureiras, ambulantes, vendedoras de pipoca nos sinais, auxiliares de serviços gerais e entregadoras de panfletos, quando não são catadoras desde a infância, numa diversidade de trabalhos tidos como femininos e na condição de informalidade.

As catadoras realizam todas as etapas do processo de reciclagem todavia, a divisão sexual do trabalho é um importante elemento da organização dessa ocupação. Grande parte da coleta com carroças nas ruas é feita por homens, que são bastante competitivos, assim como a comercialização, com os atravessadores e empresas. Às catadoras, principalmente as organizadas, restam as tarefas de triar e prensar os resíduos nos galpões, organizar as associações e cooperativas, mediar os conflitos entre os/as trabalhadores/as e fazer o trabalho acontecer no dia a dia.

Essa divisão sexual do trabalho é um modo de organização do trabalho que beneficia a nós mulheres?



*No capitalismo nada se perde...
Nem a organização das trabalhadoras*

Marineide Alves
catadora da Coopagres

As formas organizadas do trabalho de reciclar resíduos sólidos – associações, cooperativas – são lugares onde os/as trabalhadores/as associados/as são sujeitos de seu próprio trabalho. São experiências de quebra da divisão social do trabalho para vivência da autogestão, em que os/as trabalhadores/as são seus próprios “patrões”, detêm os meios de produção e não praticam a acumulação de capital pela exploração do trabalho do/a outro/a.

Vocês já observaram que, em muitos casos, as formas associativas em que as catadoras estão organizadas têm sucumbido às estratégias do mercado e, sem perceber, servido à acumulação capitalista à medida que se submetem às formas flexíveis de relação de trabalho, reproduzem a divisão sexual do trabalho e a informalidade, e repõem matéria-prima para as mercadorias das grandes empresas, com o trabalho mal pago e desprotegido das catadoras?

Para as mulheres catadoras, organizar-se em cooperativas e associações é uma forma mais humana de exercer o direito ao trabalho e construir autonomia.

A woman, Lindinalva Maria de Oliveira, is shown working in a recycling facility. She is wearing a white t-shirt with a red collar and a dark baseball cap. She is focused on sorting through a large pile of scrap paper and cardboard. The background is filled with more waste materials, including crumpled plastic bags and cardboard boxes. The overall scene depicts the process of recycling and the role of informal workers in the waste management industry.

Mercado x Economia Solidária

Lindinalva Maria de Oliveira
catadora da Coopagres

Na maioria das situações, as cooperativas e associações de catadores/as não conseguem comercializar os resíduos sólidos diretamente às empresas na cidade porque estas só compram em toneladas. Como as organizações não têm os equipamentos, espaço para armazenar o material triado e só conseguem pagar os/as catadores/as semanalmente, são obrigadas a vender a um depósito, que compra de várias cooperativas e de catadores/as não organizados/as, e não exige cota de material. No entanto, este monopoliza a venda do material e retira dos/as catadores/as a possibilidade de uma relação autônoma e direta com as empresas.

Geralmente as organizações em que as catadoras estão associadas têm muita dificuldade de autossustentação: não têm sede própria e/ou todos os equipamentos (obrigando-as a aluguel), os galpões têm infraestrutura precária (as catadoras são submetidas a sol, chuva e enchentes), não há espaço suficiente para armazenar o material para comercialização e não são remuneradas pelo Poder Público pelos serviços que prestam à cidade, todos impedimentos que minam as iniciativas de autonomia das catadoras.

Vocês já perceberam que o não investimento do Poder Público no desenvolvimento da economia solidária tem feito com que as formas associativas de trabalhadores/as tenham muitos limites para garantir o trabalho decente de seus/suas associados/as?

A photograph showing a person's arm and hand, wearing a white uniform, holding a red vertical pole. The person is standing over a large, dark pile of discarded trash, including plastic bottles, containers, and other debris. The scene is dimly lit, suggesting an outdoor or semi-outdoor waste management area.

*Lixo e catadoras
não são sinais de
uma mesma equação*

Ao conhecerem a situação de outras catadoras e as condições que as levaram até essa ocupação, as catadoras de resíduos sólidos descobrem os fios que unem suas trajetórias: um histórico de múltiplas violências atravessado por trajetórias de grande superação. Para as catadoras, a vida mudou com o trabalho. Mas o senso comum e parcela significativa do sistema seguem confundindo o sujeito do trabalho – as catadoras – com o objeto do trabalho – o lixo –, reforçando nelas o mito que vincula sexo, pobreza, cor de pele e baixa escolaridade à sujeita.

Ao mesmo tempo em que as catadoras têm satisfação com a função que exercem e com os ganhos, inclusive políticos, é revelador o ingresso e a saída de mulheres das associações e cooperativas, as dificuldades de subsistência das famílias, a falta de condições materiais para experimentar outra ocupação “no mercado” e as limitações à sua presença nas ruas e demais espaços da cidade.

Vocês já se perguntaram por que é tão difícil falar de si, de seu trabalho, de identificar as violências a que estão sujeitas nas ruas, em casa ou no trabalho e de construírem explicações para os problemas que marcam o cotidiano de suas vidas e trabalho?

*Mulheres, violência
e esquecimento de si*

Lindinalva Maria de Oliveira
catadora da Coopagres

A conformação com situações que obrigam as catadoras a ter uma vida de muita exploração e opressão, a “desistência” de cuidar de si mesmas, a naturalização dos processos de violência, o abandono à própria sorte pela ausência das políticas públicas e a inclusão desigual dessas trabalhadoras informais na produção e circulação de bens e serviços são rotas de violência que marcam a trajetória de vida dessas mulheres.

Uma ação transformadora das relações sociais que se exercem no espaço urbano deve passar inevitavelmente pela transformação das condições de trabalho nas quais as mulheres catadoras são inseridas, transformando as rotas de violência em caminhos de autonomia; do contrário, elas estarão fadadas a ser tão descartáveis como o é o objeto de seu trabalho cotidiano.

**O que faria de vocês
cidadãs plenas,
gente que tem direito
de existir?**



*As catadoras e seus
contornos nas ruas
da cidade*

Eliane Carvalho
catadora da Coopagres

Para as catadoras que trabalham nas ruas, catando material com a carroça, é comum situações de insegurança. A depender do horário e do local do deslocamento, a intolerância dos/as motoristas de veículos com as carroças, o grande fluxo de trânsito, a concorrência com os carroceiros e a possibilidade de sofrer algum tipo de crime, principalmente quando do retorno da coleta, são lugares de grande violência e medo para as catadoras.

Já deu para perceber que a melhor estratégia é a organização das catadoras. Catadora não organizada não tem assistência do Poder Público, por isso, não se beneficia com formação, assistência técnica e acesso a fundos, vive com mais precariedade, é invisível. Catadora não organizada está à sua própria sorte.

Mas como é possível se organizar se o Poder Público não investe suficientemente no associativismo dos/as trabalhadores/as?

Por que não se cria com urgência uma Política Nacional de Economia Solidária? Por que é tão lenta a implementação de uma Política de Resíduos Sólidos nas cidades?

A close-up photograph of a person's hands wearing green nitrile gloves. The person is holding a white, rectangular electronic device, possibly a scale or a sensor, over a large pile of discarded trash and debris. On the person's left wrist, there is a white wristband with the letters 'NO' printed on it. The background is filled with various pieces of trash, including crumpled paper and other unidentifiable waste.

O lixo nosso de cada dia

As catadoras usam de sua força de trabalho para recolher e triar as sobras chamadas de lixo pela sociedade, fazem esse trabalho à sua própria sorte, em relações de trabalho precárias e sem proteção social; vendem essas sobras aos atravessadores; que vendem às empresas; que as vendem à sociedade na forma de outros produtos; que consome essa mercadoria e, num prazo muito curto, descartam-na como lixo, reproduzindo quantas vezes for conveniente o ciclo produção/consumo/descarte.

Diariamente, Recife produz cerca de 2 mil toneladas de lixo, ou seja, cada pessoa na cidade produz aproximadamente 1,3 kg/dia de lixo, o que coloca Recife acima da média nacional (1 kg/dia por pessoa). Durante as férias, esse percentual cresce em 200 toneladas/dia. Além disso, apenas 0,17% dos resíduos sólidos são reciclados, quando há estudos que comprovam que 70% do lixo podem ser reaproveitados ou reciclados.

A falta de investimento na coleta seletiva de lixo e nas organizações de catadores/as, visível pela inexistência de política de resíduos sólidos e de economia solidária, demonstra a falta de cuidado com a cidade e com os sujeitos que nela habitam e trabalham.

Vocês já perceberam que a **crise climática, a degradação da natureza, o racismo ambiental** e a relação que tudo isso tem com o lixo são partes de um mesmo problema – o **produtivismo** e o **consumismo** estimulado pelos grandes grupos econômicos?

Como resistir à mercantilização da natureza, de nossos corpos e de nossos jeitos de viver?
Como enfrentar esse problema?

A woman with dark hair tied in a ponytail with a pink scrunchie, wearing a blue and white horizontally striped short-sleeved shirt and a red backpack. She is looking down and to her right. In the background, a man in a white uniform and cap is visible, slightly out of focus. The scene appears to be outdoors, possibly near a vehicle.

Ana Clécia Santana
catadora da Coopagres

Sonhos que se sonham junto

O cotidiano de exploração, opressão e violência das catadoras de resíduos sólidos, reflexo do racismo, machismo e elitismo que marca a vida de nós, mulheres, não tem força para acabar com nossos sonhos de ser gente em uma cidade de gente.

E esses sonhos as fazem desejar: sustentabilidade de sua organização – sede, máquinas, recurso para movimentação diária; melhores condições de trabalho – carteira assinada, remuneração maior que um salário mínimo, creches, previdência social; melhores condições de vida – morada confortável, própria, lugar para criar os filhos e filhas; livre locomoção; segurança e fim do medo; educação de qualidade capaz de dar aos filhos e filhas a vivência de sua humanidade e usufruto dos bens culturais e ambientais, para deixar de ser apenas um corpo que se movimenta ao sabor do vento para ser um corpo com o espírito de que se pertence.

**As catadoras de
resíduos sólidos
alimentam
muitos desejos,
necessidades,
vontades. Sonhos
para si e para os/as que
lhe são próximos/as.**



*Ambulantes —
as trabalhadoras
que constroem as
ruas da cidade*

Maria Betania Moreira de Araújo
ambulante do Camelódromo

A cultura mascate do Recife, ofício de comerciantes europeus que aqui se instalaram no século XIX, logo também se tornou alternativa de trabalho e sobrevivência para a população negra recém alforriada e excluída da cidade, e para os pobres livres. No entanto, no início do século XX, mesmo trabalhando em condições precárias, os/as ambulantes se tornaram pessoas importantes para as cidades, uma vez que possibilitavam o escoamento de mercadorias de primeira necessidade para as famílias (carne, leite, verduras etc.).

Mas essa visão mudou com a modernização. Ser mulher ambulante hoje no Recife continua sendo uma estratégia de sobrevivência para aquelas que não foram acolhidas pelo mercado formal de trabalho, em que nós, mulheres, somos maioria. Por isso, tal herança transforma as trabalhadoras ambulantes de nossa época em sujeitos de resistência à pobreza e à discriminação.

Já parou para pensar sobre o trabalho que vocês realizam no dia a dia? Vocês acham que contribuem para a construção das cidades? Como?

A woman with dark hair and glasses, wearing a white t-shirt with a graphic design, stands in front of a glass display case filled with numerous wristwatches. The watches are arranged in rows on shelves. The background shows more shelves with watches and some hanging items.

*O trabalho
que liberta*

Maria Jeane Fidelis
ambulante do Camelódromo

Recessão econômica, inexperiência profissional, baixa escolaridade, pobreza, ser mulher, negra e que sustenta a família sozinha foram e continuam sendo as principais circunstâncias que empurram as mulheres para a informalidade. No centro da capital ou nas vias mais movimentadas dos bairros, as ambulantes se multiplicam e fazem desse trabalho sua única ocupação profissional e fonte de sobrevivência, garantindo, a um só tempo, o sustento próprio e da família e um lugar na cidade – o lugar de trabalhadora, um fator importante para autoconfiança, proteção de riscos reais de violência e para ser respeitada na comunidade em que vivem.

Na economia capitalista a que estamos sujeitas, nem todas as pessoas serão incluídas; por isso, o mundo do trabalho informal e dos afazeres domésticos são úteis ao mundo do trabalho formal. As trabalhadoras informais fazem a roda do mercado de trabalho formal girar, mas continuam sendo desvalorizadas e desprotegidas de seus direitos. Por que é assim?

Vocês já se deram conta de que existem vários mundos do trabalho?

Um deles é o da informalidade, o outro é o do trabalho dentro de nossas casas, com os afazeres domésticos e cuidados com a família, e que, em ambos, nós, mulheres, estamos em peso?

*A “limpeza” e a
“organização” da cidade
violentam a cidadania
das mulheres*

Vera Lucia Santos
ambulante do Camêlôdromo

As ambulantes do Calçadão de Mascates da Avenida Dantas Barreto, conhecido como “Camelódromo”, região central do Recife, moram nas periferias da cidade, na região metropolitana e até ali mesmo, “na área da Dantas Barreto”, de forma improvisada. Viveram a infância e cresceram no mesmo espaço onde o trabalho ambulante de seus pais se desenvolvia. Muitas são filhas de prestamistas ou ambulantes e seguiram sua trilha, cuidando de seus/suas próprios/as filhos/as também ali. Essas mulheres acalentam, desde os tempos de meninice, o sonho de ter meios para ganhar e manter seu próprio sustento e de suas famílias – seu lugar ao sol.

O projeto de organização e limpeza do espaço urbano transformou o modo de organização das cidades. Sob a ideia de ordem pública, trabalhadores/as ambulantes, em sua maioria mulheres e pessoas negras, foram marginalizadas, submetidas a controle ostensivo da polícia e das elites, e, pela força de uma visão higienizadora e nada democrática da cidade, transformadas em sujeitos indesejáveis e até criminosas.

Vocês se deram conta de que conceitos como propriedade, limpeza e higiene estão, quase sempre, por trás das intenções do poder público quando realizam a “requalificação do espaço urbano”? Essa política mina o direito ao trabalho digno para grande parte da população pobre, em que nós, mulheres, estamos em maioria, e o sonho de uma cidade livre para todas as pessoas.

A close-up portrait of a young woman with dark hair tied back, smiling gently and looking off-camera to the left. She is wearing a dark green sleeveless top. The background is a blurred outdoor setting, possibly a market stall, with a white plastic bottle hanging in the mid-ground. A green brushstroke-like graphic is at the bottom of the image.

*Vidas e trabalho
que se fazem do
centro para as ruas*

Viviane Maria dos Santos
ambulante do Camelódromo

Para muitas ambulantes, as ruas são praticamente sua morada e de seus filhos e filhas. É nas ruas do trabalho onde as ambulantes vivenciam a maternidade. Muitas banham e alimentam suas crianças ali mesmo no seu ponto comercial. Outras levam e trazem as crianças à escola e ao posto de saúde entre um momento e outro do comércio. Muitas iniciam os/as filhos/as ainda pequenos/as no mesmo ofício, numa trajetória que se repete de geração a geração de mulheres trabalhadoras no Recife.

Elas têm ainda uma jornada de trabalho extensa, porque realizam de forma intensiva o trabalho fora de casa e remunerado, e os afazeres domésticos e cuidados com a família dentro de casa, geralmente não compartilhado e não remunerado. Para as que moram nas periferias da cidade, a jornada é acrescida do enorme tempo de deslocamento.

Já perceberam como a ausência de creches e berçários perto de casa e do trabalho, escolas em tempo integral e outros serviços públicos roubam preciosos tempos de nossas vidas?

Já notaram também como isso sobrecarrega as outras mulheres da família, da vizinhança e do próprio trabalho, já que é com elas que dividimos o cuidado com os/as filhos/as?



*Quando masculino e
feminino dividem o
trabalho nas ruas*

Iris Maria Gomes
ambulante do Camelódromo

Sendo um trabalho que se realiza por homens e mulheres, o comércio ambulante também tem uma lógica de divisão sexual do trabalho. As ambulantes geralmente vendem alimentos e confecções, atividades mais próximas dos cuidados com as pessoas, enquanto os homens se ocupam, em maior percentual, da comercialização de produtos eletroeletrônicos e peças de reposição de equipamentos domésticos. As mulheres fazem a tarefa da comercialização, mas se têm maridos ou patrões, estes fazem a gestão do ponto e do que é apurado. As mulheres organizam, os homens fiscalizam e fazem a segurança... As mulheres demandam, os homens negociam com o setor público...

Em uma ocupação e divisão do espaço na cidade, os homens ficam com as melhores localizações, organizam a distribuição do espaço a ocupar e definem, muitas vezes, em qual boxe vão trabalhar. Quais as implicações disso para a vida de trabalho de vocês?

Vocês já perceberam que a divisão sexual do trabalho só torna mais precária a condição de trabalho das ambulantes?

A woman with long, dark, curly hair is smiling at the camera. She is wearing a short-sleeved top with a purple and yellow floral pattern. She is standing in a stall or shop, with various clothes hanging in the background. To her left, a black and white long-sleeved shirt is hanging on a rack. The background shows more clothing items and the structure of the stall.

*Contribuindo para
a economia, as ambulantes
também produzem riqueza*

Gessica Gomes
ambulante do
Camelódromo

As ambulantes vendem de tudo: pipoca e confeito nos ônibus para os/as passageiros/as esquecerem o tempo que se arrasta; água para quando está calor; espetinho e refrigerante para saciar a fome e distrair o encontro no fim de tarde; confecções variadas, bolsas, calçados, vestidos, lingerie, cosméticos, tudo que possa saciar as necessidades reais de um corpo que caminha dia após dia, e as que são criadas para nos fazer espelho daquilo que é só... imagem.

Dados do poder municipal revelam que existem hoje em torno de 12 mil comerciantes informais negociando em todo o Recife. Só no centro expandido, que vai do canal do Tacaruna ao Marco Zero (região central da cidade), são cerca de 3 mil pessoas vivendo dessa ocupação informal, e boa parte são mulheres.

Por outro lado, pesquisas revelaram que 69% dos/as recifenses comprem produtos no comércio ambulante. A classe C lidera esse ranking com 71,1%, seguida da D com 56,6%. A classe A contribui com 52,4% e a B, com 69,9%, o que parece indicar que essa é uma questão cultural e independe de classe social, já que todas adquirem produtos desses/as trabalhadores/as.

A economia do Recife gira em torno das atividades de comércio e turismo, mas, para os órgãos oficiais, o trabalho ambulante é apenas um transtorno. Todavia, percebem como o trabalho nas ruas produz riqueza e contribui para a economia da cidade? E como a cidade é injusta com vocês?

*Outro trabalho e
outra economia
são possíveis*

Margarete da Silva
ambulante do Camelódromo

Joana D'arc Maria de Souza
ambulante do Camelódromo

O poder público faz uma distinção entre ambulantes e camelôs. Ambulantes são pessoas que têm licença para exercer suas atividades em pontos específicos da cidade. Camelôs são aquelas que não possuem essa autorização. Na prática, o mesmo tratamento é dispensado a ambos. Sequer o lugar de trabalhador/a é reconhecido: basta ver a ausência de políticas públicas para essas pessoas ou o tom geralmente repressivo quando elas existem.

Não encontrando oportunidade em outras atividades, muitas ambulantes se veem obrigadas à venda nas paradas de ônibus ou em boxes improvisados e provisórios, muitas vezes sublocados de terceiros, em uma relação piorada de terceirização porque ainda na informalidade. A remoção dessas pessoas das ruas e calçadas, sem construir alternativas dialogadas com elas e sem garantir uma melhor ocupação, retira lugar de trabalho das ambulantes e as joga numa condição de mais invisibilidade.

O trabalho das ambulantes também constrói a economia e a cultura do espaço urbano. Por que o poder municipal não estimula a organização dessas trabalhadoras e não garante sua participação nas definições da política da cidade? Vocês sabiam que políticas voltadas para a economia solidária podem ter um impacto muito positivo no modo de o trabalho ambulante se organizar e em seus resultados, além de contribuir para estimular outra economia, mais solidária, justa e sustentável?



*A difícil vida de quem trabalha
no 6º módulo do Camelódromo*

Para organizar o comércio ambulante no centro do Recife, em 1994 foi inaugurado, em uma das avenidas mais controversas da cidade, o Calçadão de Mascates da Avenida Dantas Barreto, conhecido como “Camelódromo”. Ao todo, são seis módulos, com capacidade de 1.010 boxes para instalação dos/as ambulantes. Apesar de premiado, o empreendimento não considerou alguns elementos que marcam a vida desses/as trabalhadores/as: a maioria são mulheres e pobres, que levam consigo filhos/as pequenos e até adolescentes para o local de trabalho; passam o dia inteiro sob sol, chuva e em pé, e dependem da movimentação das pessoas para vender os produtos.

Com os anos, o Camelódromo acumulou muitos problemas: não há banheiros em todos os módulos ou segurança adequada para guarda das mercadorias; a iluminação é precária em alguns módulos e, inexistente em outros; muitos boxes estão inutilizados; o módulo 6, o mais distante do centro da cidade, está desativado há anos, submetendo as ambulantes a uma estrutura precária para trabalhar, e o processo de ocupação de boxes e calçadas, a relação com a fiscalização e o poder municipal são mediadas por um grupo de homens, que disputam com violência e intimidação esses lugares de poder, excluindo as mulheres.

Vocês já notaram que a maioria das injustiças acontece com as pessoas pobres, negras e as mulheres? Não parece que tudo é mais difícil e penoso para nós, mulheres, mesmo quando estamos entre pessoas de condição igual à nossa? Já pensaram que o poder público também é influenciado por isso e, muitas vezes, não contribui para que outro modo de organização possa favorecer a ocupação da cidade por nós, mulheres?



*Tudo muda...
Mas nada muda...*

Margarete da Silva
ambulante do Camelódromo

A maioria das ambulantes do Camelódromo não contribui com a previdência social, não são empreendedoras individuais e não têm informação sobre quais são e como acessar os direitos previdenciários, formas de contribuição, benefícios etc., o que as coloca numa condição de muita vulnerabilidade no presente e as mantém numa situação de precariedade e dependência no futuro.

Em agosto de 2012, nós, mulheres, éramos maioria nos trabalhos informais em comparação aos homens – a diferença é que as pretas e pardas estavam em maior quantidade nesse mercado. A taxa de informalidade entre elas era de 46,7%, enquanto, para as brancas, era de 35,4%. Os grandes empreendimentos e eventos financiados pelo Governo Federal que movimentam a economia da cidade, não têm incorporado as mulheres em trabalhos protegidos. Nós continuamos servindo ao sistema, mas nos trabalhos mais precários, menos protegidos e de menor remuneração.

Pernambuco cresce economicamente, mas essa riqueza continua sendo apropriada exclusivamente pelas elites brancas, nas quais nós, mulheres, somos minoria, e somos mantidas no máximo como cidadãs-consumidoras, a serviço do mercado. É por isso que tudo muda... mas a exploração não muda... Vocês já haviam pensado nisso?

A photograph of a young woman with dark hair, wearing a blue and white patterned halter top, sitting in a market stall. She has a somber expression and is looking off to the side. In the background, other people are visible working in similar stalls under a covered area. The scene is set in a market environment, likely a favela or informal settlement.

*Quando a violência
acontece em nós...*

Rafaela da Silva
ambulante do Camelódromo

Para as ambulantes, as ruas são o lugar do trabalho; muitas vezes, parte de sua morada e dos/as filhos/as; espaço de convencimento, disputa, liberdade e intimidação, não mais rota de encontro, mas de colisão entre as forças urbanas, paradoxos de uma vida que se tece na espera de tempo bom e no movimento de quem não pode perder tempo.

As ambulantes também sentem a dificuldade adicional de serem mulheres em uma sociedade machista, racista e burguesa. A capacidade de “ativar estados de ruas” por onde passam lhes rende sofrimentos de corpos tocados com violência e desumanizados. São sujeitas às violências nas ruas, pelo confronto das forças urbanas, mas também à violência doméstica, dos companheiros e dos que lhes deveriam cultivar afeto... O trabalho e as ruas, muitas vezes, representam a chance de escapar do circuito da dor que lhes corta o corpo e fere a alma. Perceberam que algumas violências contra nós, mulheres, ocorrem nas nossas famílias e lares, por gente que diz nos amar, e são invisíveis às pessoas próximas e, em muitas situações, ao poder público? Já sentiram aquele buraco no estômago, aquela sensação de que não é ninguém e não tem com quem contar, de tanta vergonha e medo depois que essas violências acontecem?

Essa é a violência contra a mulher acontecendo em nós!

**E a melhor forma de enfrentar
essa realidade, ainda que não
menos dolorosa, é resistindo, nos
convencendo de que o que acontece
conosco é responsabilidade de todas
as pessoas e do poder público, e de
que ser trabalhadora, ocupar as
ruas e participar da cidade é um
caminho importante para construir
as rotas de saída.**

Já pensaram nisso?



*Uma cidade para
as trabalhadoras
ambulantes*

Joana D'arc Maria de Souza
ambulante do Camelódromo

Parte da história diz que o comércio informal dá corpo às tradições e imagens da cidade; no entanto, é sabido que a “perambulação” pelas ruas, mesmo como exercício do comércio pelos/as negros/as, durante muito tempo, foi criminalizada como “vadiagem”.

Em 1914, o comércio varejista da Praça do Recife, por meio da associação comercial, fez campanha contra os/as ambulantes, descrevendo-os/as como “perigoso contingente, inimigos sorrateiros e temerosos corroendo o comércio honesto e legítimo”. No entanto, foi a partir de 1970 que os conflitos entre ambulantes e lojistas se intensificaram, tornando-se uma questão para a gestão municipal. E essa se arrasta como problema até os nossos dias, sem que as sucessivas gestões municipais tenham vontade política de dar uma solução favorável à situação desses/as trabalhadores/as.

Uma política de desenvolvimento da cidade não pode se restringir à chamada requalificação das ruas centrais ou qualificação da mão de obra, ações abstratas, geralmente com um viés repressivo, não integradas a outras políticas, com pouco orçamento e que não conectam educação e trabalho.

**A cidade é feita das
pessoas que nela
habitam e trabalham.
Desconsiderar suas
necessidades, interesses e
sua contribuição para a
reprodução do espaço urbano
é (des)envolvê-la de si mesma,
diminuindo a esfera pública e
coletiva. Como construir uma
cidade em que caibam todas
as mulheres que nela também
habitam e trabalham?**



*Sem vergonha,
sem medo, sem
enquadramentos –
ambulante é ser
de insistência*

Maria Consuelo de Santana
ambulante do Camelódromo

Assim seguem as trabalhadoras ambulantes nas ruas do Recife: usando suas vozes para quebrar o silêncio, buscando ser ouvidos para os desejos da cidade, desejos de gente que, como elas, só querem viver e não ter vergonha de ser feliz. Por isso, elas também sonham, desejam... e o que mais querem ouvir (e vivenciar) são respostas às suas necessidades e aos seus interesses. É o reconhecimento de que são trabalhadoras e que têm direito de passar.

Diante da “insistência” do poder público e do grande comércio de invisibilizar seu trabalho, elas não se deixam enquadrar... não se adaptam! Seguem lutando: por mais direitos, mais políticas, mais olhos que as vejam como são – trabalhadoras que constroem o Recife. Seguem afirmando que sua cidadania não está à venda como seus produtos... Não comercializar direitos, não se intimidar com as ruas, não fraquejar diante das ausências, das mudanças do clima, do lixo que se amontoa, da truculência dos seguranças, da força da polícia e do capital, e da cidade que as expulsa é parte do modo como ocupam o mundo do trabalho, é parte de seu canto de resistência.

Quando a falta parece ser tudo que sobrou para elas, as trabalhadoras ambulantes se mostram seres do avesso e, por força das relações injustas que se reproduzem sobre elas, de geração a geração, conseguem sobreviver na corda bamba, encontrando contentamento no trabalho, fazendo dele instrumento de liberdade, insistindo em outra vida, mais cidadã, solidária, mais feliz... mesmo construindo todo dia a vida de cada dia.

A seguridade social é um direito das mulheres

O trabalho e nós, mulheres

O feminismo, movimento social de mulheres que luta contra as desigualdades que exploram e oprimem a nós, mulheres, há algum tempo problematiza o trabalho nas nossas vidas para revelar nosso lugar de trabalhadora e as injustas condições a que estamos submetidas.

O trabalho é a ação de mulheres e homens sobre a natureza e as pessoas para satisfazer suas necessidades. Estas são tanto físicas – alimentação, vestuários etc. – como espirituais – que nos dão prazer, alegria e liberdade. Por isso o trabalho é, ao mesmo tempo, uma fotografia das nossas histórias individuais e uma experiência coletiva, que sustenta nosso corpo físico e nos dá uma identidade social, um lugar no mundo – ambulante, catadora de resíduos sólidos, pessoas que vivem do trabalho e transformam o mundo a partir dele.

Mas, para a população afrobrasileira, o trabalho sempre foi instrumento de tortura e escravidão, lugar de aprisionamento dos corpos e almas negras. Hoje, no modo de organização capitalista em que vivemos, o trabalho deixou de ser direito e lugar de criação, e se transformou em meio de acumulação e dominação dos que têm poder e dinheiro – no geral, homens brancos e proprietários – sobre os que apenas têm a sua disposição para trabalhar – nós, mulheres e homens pobres, em sua maioria, negros/as. É por isso que, hoje em dia, o trabalho se transformou em emprego; o/a trabalhador/a, em força de trabalho; e o produto do trabalho e o/a próprio/a trabalhador/a, em mercadoria.

O feminismo denuncia que nossa sociedade não reconhece o trabalho de nós, mulheres. Desde sempre trabalhamos, dentro de nossas casas, cuidando de crianças e idosos, e realizando os trabalhos domésticos – um trabalho não compartilhado e não remunerado, embora seja de manutenção da vida, que sustenta todos os outros trabalhos. Ao mesmo tempo, trabalhamos na produção, algumas de nós, fora de casa, quase sempre mal remuneradas e sem garantias trabalhistas.

Isso quer dizer que nós, mulheres, estamos sujeitas a vários tipos de exploração: como parte da classe trabalhadora, somos exploradas pelos patrões e patroas, que detêm os meios de produção e lucram com nosso trabalho; e, pelo fato de sermos mulheres, nosso trabalho é visto como menos importante, de pouca qualidade e complementar ao trabalho realizado pelos homens, razão pela qual ocupamos os postos de menor poder e proteção, geralmente em atividades ligadas ao cuidado e com menor remuneração. Se somos negras, tudo se torna mais difícil, porque nossa competência, o lugar que ocuparemos e a remuneração que receberemos, se isso acontecer, vão ser medidos pela cor de nossa pele e textura de nossos cabelos.

Assim, essas limitações fazem com que nós, mulheres, principalmente as negras, sejamos sobrecarregadas com a dupla jornada de trabalho e empurradas desde cedo para uma condição de pobreza e informalidade, na qual estão os trabalhos mais precários e desprotegidos.

Bem sabemos ser impossível que todas as pessoas sejam empregadas com carteira assinada e que, mesmo essas, estejam livres de injustiças. Por esse motivo, lutamos para garantir os vários modos de trabalho vivenciados pelas mulheres e populações tradicionais, e por outra economia – solidária, justa e sustentável.

Nós, mulheres, trabalhamos muito, dentro e fora de casa, desde muito cedo e por toda a vida. Com nosso trabalho, contribuimos para a geração de riqueza para a economia do país. Entretanto, no mundo do trabalho, somos as mais exploradas e oprimidas:

- somos maioria na população em situação de pobreza;
- temos os mais baixos rendimentos na classe trabalhadora;
- estamos nos trabalhos mais precários: informais, terceirizados, sem carteira assinada;
- somos a maioria da população desempregada e em busca de emprego;
- temos as maiores e mais exaustivas jornadas de trabalho; e
- sofremos violência, assédio moral, abuso sexual, maus-tratos físicos, exploração e até situações de escravidão (trabalho em troca de comida e moradia). Em toda parte e, sobretudo, nas casas de famílias, que empregam mulheres e meninas no trabalho doméstico.

Toda essa situação ameaça a nossa autonomia econômica, nos mantém dependentes e reduz nosso poder sobre os rumos de nossas próprias vidas.

A seguridade social como direito

A seguridade social no Brasil foi pensada para ser a base do sistema de proteção social da população e é integrada por saúde, assistência e previdência social. Esses são direitos de todas as pessoas e dever do Estado, independentemente de sexo, raça, condição socioeconômica e de ser ou não trabalhador/a.

Até a Constituição Federal de 1988, quem não tinha carteira assinada e estava com problema de saúde era atendido/a como indigente nos hospitais, e não como trabalhador/a ou cidadão/cidadã. Já a política de assistência social era realizada por instituições filantrópicas, geralmente religiosas, como caridade ou, pior, como favor, muitas vezes transformada em moeda de troca no período eleitoral, jeito de fazer que, lamentavelmente, ainda ocorre hoje em dia. E a previdência social funcionava como um seguro, ou seja, quem trabalhava com carteira assinada tinha previdência e quem não, tinha de pagar o carnê para ter acesso aos benefícios.

Com as mudanças na Constituição Federal em 1988, a saúde se tornou direito universal e as pessoas passaram a ser atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), cujas responsabilidades devem ser compartilhadas entre municípios, estados e União, independentemente de sua condição financeira ou de trabalho. A assistência social também se tornou política pública, mas seletiva, ou seja, será garantida àquelas pessoas que dela precisarem, a exemplo dos trabalhadores/as que não puderem mais trabalhar na produção.

Por sua vez, a previdência social continua sendo um seguro que garante a renda de quem contribui e de sua família, no momento em que o/a trabalhador/a não puder trabalhar – nos casos de doença, acidente, gravidez, prisão, morte e velhice. Ela passou a funcionar como um sistema público e solidário de proteção, porém contributivo. O que isso quer dizer? Significa que os/as trabalhadores/as têm de “pagar o INSS” e essa contribuição vai garantir também os benefícios para quem não pode mais trabalhar.

A solidariedade é um bom princípio; todavia, o fato de a previdência ser contributiva mantém desprotegidas todas as pessoas que trabalham e não podem contribuir, como as donas de casa e os/as trabalhadores/as informais, categoria na qual se insere também a maioria de nós, mulheres trabalhadoras (dona de casa, catadoras, marisqueiras, pescadoreiras, quebradeiras de coco, ambulantes etc.). Essas pessoas trabalharam a vida toda no interior de seus lares e também fora

de casa, mas, em algumas situações, como nos momentos de doença ou gravidez, ou em uma idade avançada, não terão direito ao respectivo benefício porque não têm como contribuir para a previdência durante sua vida de trabalho.

Previdência social para quem trabalha

A seguridade social no Brasil, especialmente quando a expectativa de vida da população aumenta, como é o nosso caso, tem uma grande responsabilidade no enfrentamento da pobreza. Mas não há como lutar contra a pobreza sem que a previdência social, que é uma política para proteção das pessoas que trabalham, considere as necessidades de nós, mulheres, e não somente daquelas reconhecidas como trabalhadoras, para garantir autonomia financeira, familiar e profissional para todas, visto que somos maioria entre os pobres.

Quem está incluído na previdência social?

Todos/as os/as trabalhadores/as urbanos/as e rurais que exercem atividades remuneradas, com carteira assinada, e não estejam vinculados/as a outro tipo de previdência pública, como os/as servidores/as públicos/as, a partir dos 16 anos de idade estão automaticamente incluídos na previdência social. Já os/as trabalhadores/as que, embora exerçam atividade remunerada, não tenham carteira assinada ou trabalhem por conta própria, como microempreendedores/as individuais, ou ainda aqueles/as trabalhadores/as que não exercem atividade remunerada, como donas de casa, estudantes, desempregados/as etc., são contribuintes facultativos, ou seja, poderão contribuir com a previdência por sua própria iniciativa, para ter direito aos benefícios.

Quais os benefícios da previdência social?

A previdência social protege os trabalhadores/as e sua família, com a concessão de uma renda mensal, nos momentos em que não puderem trabalhar, quer seja numa situação provisória, como doença, maternidade, prisão, ou numa circunstância definitiva, como velhice e morte. Os benefícios a que nos referimos são: auxílio doença, salário maternidade, auxílio reclusão, aposentadoria (por tempo de serviço, invalidez ou idade) e pensão por morte.

Donas de casa

Com a lei 12.470/2011, as mulheres que se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico em sua própria casa e que

não tenham renda própria ou comprovem renda familiar de até dois salários-mínimos poderão se aposentar por idade com o benefício de um salário-mínimo, desde que contribuam com 5% do salário-mínimo durante 15 anos¹.

Empreendedor/a individual

Criado pela lei complementar 128/2008, são empreendedores/as individuais trabalhadores/as como sacoleiros/as, ambulantes, diaristas etc., que atuam por conta própria no comércio, indústria ou prestação de serviços, faturando anualmente o valor de R\$ 60 mil e que possuem, no máximo, um/a empregado/a. Segundo o Ministério da Previdência Social, pelo menos 471 ocupações são enquadradas nessa categoria: artesã, barbeiro, doceira/o, borracheiro, chaveiro, eletricista, encanador etc.

Inscrivendo-se nessa categoria, esse/a trabalhador/a terá acesso facilitado a crédito, menores taxas de juros, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), emissão de notas fiscais para vendas em outras empresas ou governo, apoio técnico do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e cobertura da previdência para o/a trabalhador/a e sua família.

Para ter acesso aos benefícios da previdência social, ele/ela deverá contribuir mensalmente com 5% do salário-mínimo. Se for ligado/a à indústria ou ao comércio, terá de pagar adicionalmente R\$ 1,00 de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e, se for prestador/a de serviços, R\$ 5,00 de Imposto sobre Serviços (ISS). Com isso, terá direito à aposentadoria por idade, de um salário-mínimo, desde que contribua por pelo menos 15 anos; aposentadoria por invalidez e auxílio-doença se contribuir por um ano; salário-maternidade se contribuir por dez meses; e a família terá direito a pensão por morte e auxílio reclusão a partir do primeiro pagamento.

A inscrição como empreendedor/a individual é muito simples, gratuita e exclusivamente feita pela internet, por meio do Portal do Empreendedor (www.portaldopreendedor.gov.br). Após informar os dados pessoais, deve-se imprimir o documento que será gerado e levá-lo assinado à Junta Comercial com cópia da carteira de identidade e do CPF. Mais informações podem ser encontradas no Sebrae (0800 5700800) e na Central 135 da Previdência Social.

¹ Está em tramitação no Congresso Nacional PL 370/2011, que propõe a diminuição do tempo de contribuição de 15 para 10 e 5 anos.

Política de Assistência Social – BPC

Quando a assistência social se tornou direito para aquelas pessoas que dela necessitam, foi necessário criar políticas e programas no âmbito dos governos. Uma das maiores conquistas foi a criação do chamado Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC)². Essa é uma política assistencial que concede um salário-mínimo como renda de sobrevivência para aquelas pessoas que são incapazes de se autossustentar e que não têm como contribuir para a previdência social.

Quem tem direito ao BPC?

As pessoas com 65 anos ou mais e as com deficiência, incapacitadas para a vida independente e para o trabalho, podem se beneficiar dessa política, desde que não tenham meios de se manter nem de ser sustentados/as por sua família, ou seja, que comprovem ter renda familiar por pessoa de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo vigente³. São consideradas pessoas com deficiência “aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, as quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas⁴.”

Como solicitar o BPC?

Para ter direito ao BPC, a pessoa idosa ou com deficiência deve agendar uma visita a uma das agências do INSS, por meio da Central de Atendimento da Previdência Social (135), gratuitamente, ou pelo site [www.previdencia social.gov.br](http://www.previdencia.social.gov.br). Na agência, deve preencher um formulário de solicitação do BPC, apresentando declaração de renda dos integrantes da família, comprovante de residência (conta de água, luz, telefone etc.) e documentos de identificação próprios e da família (certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista, RG ou carteira de trabalho e previdência social e o CPF).

² O BPC é um direito garantido pela Constituição Federal e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), nº 8.742/93.

³ A renda familiar per capita é a soma total da renda bruta no mês de todos aqueles que compõem a família, dividida pelo número de seus integrantes.

⁴ Artigo 1º da Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Quem for pessoa com deficiência será submetida a uma avaliação da incapacidade para a vida independente e para o trabalho, pela perícia médica e assistência social do INSS. Essa avaliação será agendada pelo INSS. Caso a pessoa não possa se deslocar para a perícia, ela será realizada no domicílio ou instituição em que estiver internada.

Mais informações sobre o benefício podem ser conseguidas nas secretarias municipais de Assistência Social ou órgãos semelhantes.

Políticas de enfrentamento à pobreza

Atualmente o Brasil tem enfrentado a pobreza por meio dos Programas Bolsa Família⁵, Brasil Sem Miséria e, mais recentemente, Brasil Carinhoso, todas políticas de transferência de renda para a população em situação de pobreza.

O Programa Bolsa Família foi criado em 2003 e integrado posteriormente por outros programas federais, como Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio Gás e Bolsa Alimentação. É um programa que apoia as famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 140,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70,00), garantindo a elas o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde por meio de transferência direta de renda, sob a condição de que essas famílias mantenham seus/suas filhos/as na escola e vacinados/as.

Com o Programa Brasil Carinhoso, que tem o objetivo de superar a extrema pobreza na primeira infância, as famílias que tiverem filhos de zero a 6 anos de idade e a renda por pessoa não ultrapassar R\$ 70,00, mesmo já sendo beneficiária do Programa Bolsa Família, terão direito a ter esta complementada com valor suficiente para elevar a renda para R\$ 70,00 por pessoa.

⁵ O Programa Bolsa Família foi criado pela lei nº 10.836/04 e regulamentado pelo decreto nº 5.209/04.

Quem tem direito ao Bolsa Família?

As famílias com renda mensal por pessoa de até R\$ 140,00, que tiverem em sua composição gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de zero a 17 anos, e estiverem cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

Esse programa prioriza as mulheres como principal responsável pelo recebimento do benefício, o que as permite organizar a própria vida e garantir melhor condição para sua família. O outro lado da moeda é que, mesmo esse sendo um programa para a família, as mulheres terminam sendo as únicas responsabilizadas pelos cuidados com os filhos e família, e pelo cumprimento das suas condicionalidades, o que significa um desafio muito grande para as políticas de igualdade entre homens e mulheres, visto que em torno de 93% das famílias beneficiadas pelo Bolsa Família têm as mulheres como titulares pelo seu recebimento e cumprimento.

Quais os deveres das famílias beneficiadas?

As famílias beneficiadas com o Bolsa Família, na maioria absoluta dos casos através das mulheres/mães, se comprometem a manter as crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola e a cumprir os cuidados básicos em saúde, ou seja, o calendário de vacinação, para as crianças de zero a 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação.

Quanto vale o Bolsa Família?

A renda transferida para as famílias varia de R\$ 32,00 a R\$ 306,00, de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças e adolescentes até 17 anos. O Programa Bolsa Família tem três tipos de benefícios: o Básico, o Variável e o Variável Vinculado ao Adolescente.

- O Benefício Básico de R\$ 70,00 é pago às famílias extremamente pobres (aquelas com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa), mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens.

- O Benefício Variável, de R\$ 32,00, é pago às famílias pobres (aquelas com renda mensal de até R\$ 140,00 por pessoa), desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 160,00.

- O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R\$ 38,00, é pago a todas as famílias que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R\$ 76,00.

Como acessar o Bolsa Família?

Para ter direito ao Programa Bolsa Família, as famílias deverão se cadastrar no CadÚnico e aguardar a seleção mensal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Esse cadastro deverá ser feito junto ao setor responsável pelo Bolsa Família nas prefeituras de cada município, com apresentação de um documento de identificação (CPF, por exemplo). As prefeituras são as responsáveis por transmitir os dados para o Governo Federal, acompanhar os benefícios e promover ações complementares para garantir a autonomia das famílias beneficiadas.

Referências bibliográficas

A Seguridade Social é um direito das mulheres. Vamos à luta! Org. Isabel Freitas, Natalia Mori e Verônica Ferreira. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund, 2010.

FREITAS, Augusto. *Apenas 0,17% dos resíduos sólidos coletados no Recife são reciclados*. Disponível em: <http://www.old.diariodepernambuco.com.br/economia/nota.asp?materia=20120409180517>. Data de acesso: 16/11/2012.

Lixo: Um dos campeões de requerimento. Disponível em: <http://www.observatorio.dorecife.org.br/?p=1439>. Data de acesso: 09/11/2012.

Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Data de acesso: 21/11/2012.

MAIA, Benira. Reportagem especial *Lixo nosso de cada dia*. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/sites/lixao>. Data de acesso 09.11.2012.

Mulheres representam 93% dos titulares do Bolsa Família. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/mulheres-representam-93-dos-titulares-do-bolsa-familia/>. Data de acesso: 21/11/2012.

O que você precisa saber sobre a Previdência Social. Rio de Janeiro : Ed. Senac Nacional, 2004. 40 p. Publicado em parceria com a Secretaria Executiva do Programa de Educação Previdenciária do Ministério da Previdência Social. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/previdencia_social.pdf. Data de acesso: 21/11/2012.

SCHVARSBURG, Gabriel. *Sujeitos ambulantes: pistas para uma nomadologia urbana*. RUA [online]. 2012, no 18. Volume 1 – ISSN 1413-2109. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=129>. Data de acesso: 16/11/2012.

Realização:



edições
sos corpo

Apoio:



Parceria dos Estados Unidos para a Igualdade
de Gênero e o Empoderamento das Mulheres



ISBN 978-85-89165-31-0



9 788589 165310